







PALAVRA DO PRESIDENTE

Prezados Associados,

Ser uma instituição financeira que faz a diferença na comunidade em que atua, muito nos orgulha, porque estamos cumprindo nossa função, enquanto cooperativa, de contribuir para o desenvolvimento dos nossos associados.

Neste ano, a Credi Nestlé completa seus 50 anos de fundação, demonstrando a importância da união de esforços para a construção de um ideal cooperativista. Por todos esses anos temos muito a comemorar! Participamos intensamente da vida de nossos associados, seja na oportunidade em construir seu capital numa instituição sólida ou de realizar seus sonhos através de empréstimos com juros bem menores que praticado pelas instituições no mercado, seja para aquisição de veículos ou mesmo complemento para compra de imóveis. Sem contar, os inúmeros recém-nascidos que receberam nossos Kits de nascimento durante um dos momentos mais importante de suas vidas. Agora, com a nossa recente decisão em contribuição aos associados no reembolso das matriculas em cursos universitários, gerando oportunidades para que nossos associados se realizem em seu desejo profissional.

Somos uma instituição diferente das convencionais, e a partir do momento em que a sociedade percebe isso, ela tem condições de optar com mais clareza por pertencer a uma cooperativa. Estamos investindo em novas tecnologias e na capacitação da equipe para o melhor atendimento do associado.

Por fim convido a todos a celebrarem os números registrados em nosso Balanço Geral, assim como a remuneração de capital, sobras a serem distribuídas, entre outras conquistas do período, também registradas neste relatório.

Faço votos de que nosso ano seja com melhores resultados, que o período que se encerra e que continuemos unidos construindo uma Credi Nestlé ainda maior tornando-a, cada vez mais, a melhor solução financeira para os colaboradores do Grupo Nestlé.

Marcos Valentim Baccarin Conselho de Administração Diretor Presidente

NOSSA MISSÃO

Prover nossos associados com recursos financeiros para possibilitar a concretização de seus desejos e necessidades, em condições percebidas como sendo as melhores do mercado, segundo as regras estabelecidas pela Cooperativa.

NOSSOS PRINCÍPIOS

Foco no associado, eficiência, inovação e competitividade.

NOSSA VISÃO

Ser a primeira opção dos associados na obtenção de recursos financeiros, para a realização de seus desejos e necessidades. Ser reconhecida como excelência em práticas geradoras de um novo comportamento econômico e financeiro a longo prazo.

NOSSOS VALORES

Acreditamos e praticamos os valores que sustentam os Princípios Cooperativistas (adesão voluntária e livre; gestão democrática; econômica dos membros: autonomia participação independência; educação e informação; intercooperação; interesse pela comunidade). Além da excelência, ética, igualdade das pessoas, transparência, honestidade valorização integridade.

INFORMAÇÕES LEGAIS

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Nestlé - Credi Nestlé

Avenida das Nações Unidas, 17.007 - 22º andar

Várzea de Baixo - São Paulo/SP - CEP 04730-090

Canais de Acesso:

Central de Atendimento ao Colaborador: (11) 5102 1849

Área Administrativa: (11) 5508-9070/9071/9072/9213/9680/7695





Registros:

Banco Central do Brasil: 279 em 09/07/1969

CNPJ (MF): 62.562.012/0001-67

JUCESP: 354.000.106-49

CECRESP: 029

Atendimento da Ouvidoria:



(0800-725-0996



www.ouvidoriasicoob.com.br

ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2019 dos membros eleitos em A. G. O. de 20/04/2017:

DIRETOR PRESIDENTE	Marcos Valentim Baccarin	Nestlé Sede
DIRETOR ADMINISTRATIVO	Leandro Bovo	Nestlé Sede
DIRETOR OPERACIONAL	Raimundo César Gomes	FUNEPP
CONSELHEIRO	Fábio Alfieri Araújo	Nestlé Sede
CONSELHEIRO	Francisco Gonçalves Neto	Nestlé Sede
CONSELHEIRO	Rafael Martines da Costa	Nestlé Sede

CONSELHO FISCAL - Com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2019 dos membros eleitos em A. G. O. de 20/04/2017:

CONSELHEIRO EFETIVO	Kennedy Mantovani Nóbrega	Nestlé Sede
CONSELHEIRO EFETIVO	Agnaldo Oliveira Gonçalves	Grêmio Nestlé
CONSELHEIRO EFETIVO	Sidney Isaias Ribeiro	Nestlé Sede
CONSELHEIRO SUPLENTE	Marco Aurélio Cavalcante Nunes	Nestlé Sede
CONSELHEIRO SUPLENTE	Douglas Deivid S. de Oliveira Sartori	Fábrica São José do Rio Pardo

DELEGADOS

EFETIVOS

SUPLENTES

REGIÃO SÃO PAULO/CAPITAL

Vinicius Pinheiro de Moraes	Flavio Jorge Procida
Maurício Rodrigues	Miriam Cassimiro das Chagas Delfino
Eula Laura Ladeia Gomes	Valter Monteiro dos Santos
José Ricardo Varandas	Cleide Ferreira da Silva Custodio Jorge
Ítalo Lima Navarro Fonseca da Silva	Selma Severo Vasconcelos
Solange Maria Sutecas	Renata Cristina Faria Neto

REGIÃO NORTE - NORDESTE:

Iraniana Mendes de Medeiros	Emerson Henrique de Lima Barros

GRUPO SECCIONAL CAÇAPAVA – SP:

Rodrigo Fernandes Campiolo	Bruna dos Santos Rocha Pontes
André dos Santos Rio	Anselmo Gomes Salgado

SÃO JOSÉ DO RIO PARDO - SP:

Elaine Cristina Malagute	Gabriel Henrique Marchi dos Santos

ARAÇATUBA – SP:

João Marcelo Alias Fernandes	João Donizeti Martins Andrade

RIBEIRÃO PRETO – SP:

Juliano César Denardi	Nilson Aparecido Dias de Castro
João Henrique Vargas Valério	Maxwell Omura Soares

REGIÃO FEIRA DE SANTANA E ITABUNA - BA:

Alexandre Addêo Carlquist	Denes Ventania Lima

REGIÃO DE ARARAS E CORDEIRÓPOLIS - SP:

Antônio Dorival Bernardo Junior	Laura Laís Figueiredo
Celso Guimarães da Silva	Graziele Renata Chinelli
Fabiano Liani	Rubens Migliari Junior

Filipe Zanchetta Machado José Antônio Pinto Nascimento	
--	--

MARÍLIA – SP:

Gisele Cristina da Silva	Marcelo Gomes da Silva
Álvaro Ramalho Júnior	Júlio Cesar Aléssio

REGIÃO MINAS GERAIS E BELO HORIZONTE:

Fábio Hilário Buratto	José dos Santos Neto
Mario Augusto Martins	Vanilson Vieira dos Santos

REGIÃO RIO DE JANEIRO - RJ:

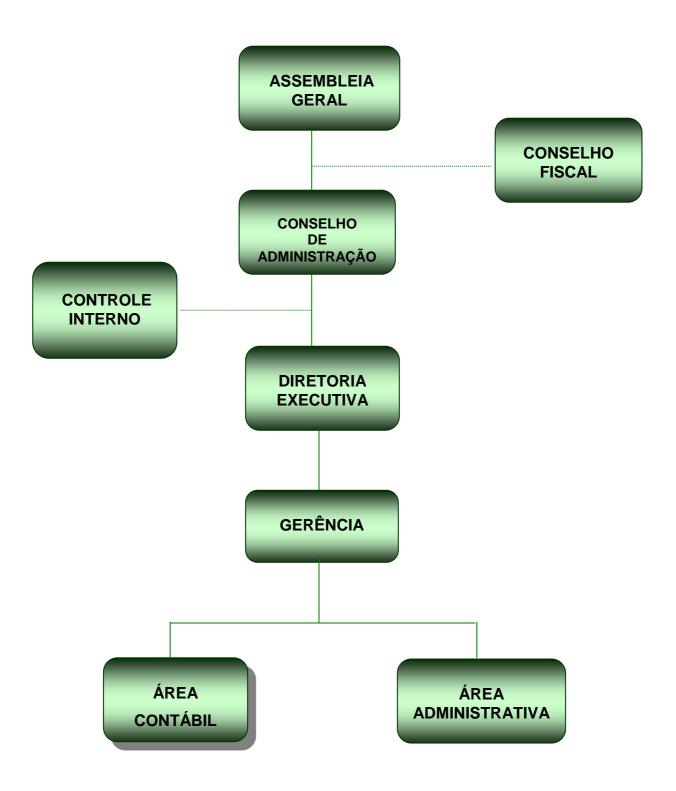
Thago Temique Zoea	Thiago Henrique Zoca	Nayara Canto Laranjeiras
--------------------	----------------------	--------------------------

GRUPO SECCIONAL REGIÃO SUL - RS:

Tiago Paiva Miranda	Sidiani Gerevini

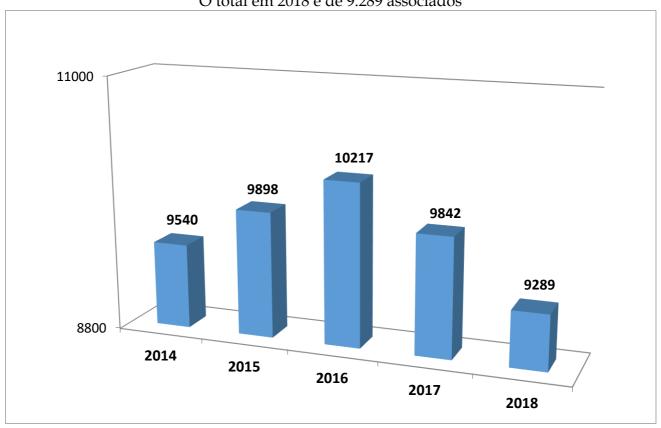
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Para o desempenho das atividades a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Nestlé, dispõe da seguinte estrutura funcional:

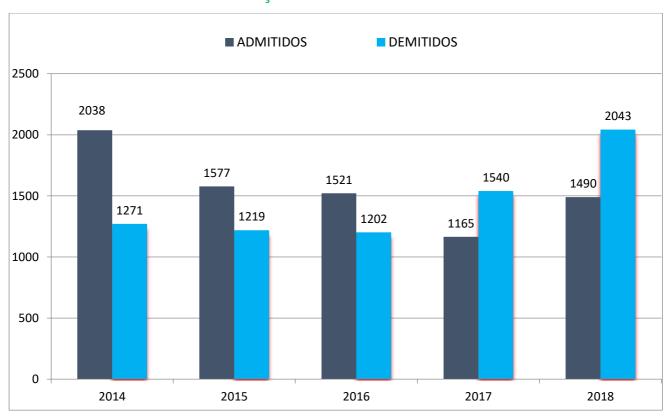


EVOLUÇÃO DO QUADRO DE ASSOCIADOS

O total em 2018 é de 9.289 associados

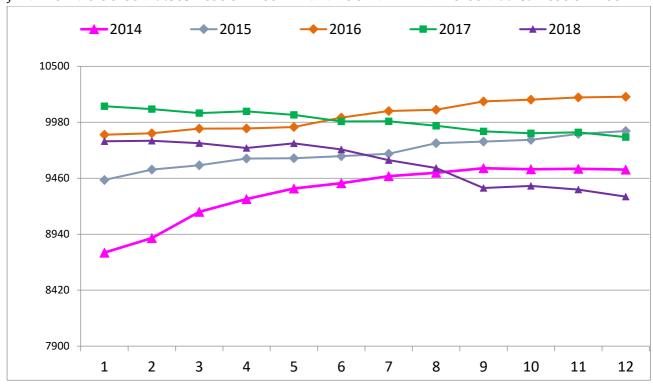


MOVIMENTAÇÃO ANUAL DE ASSOCIADOS

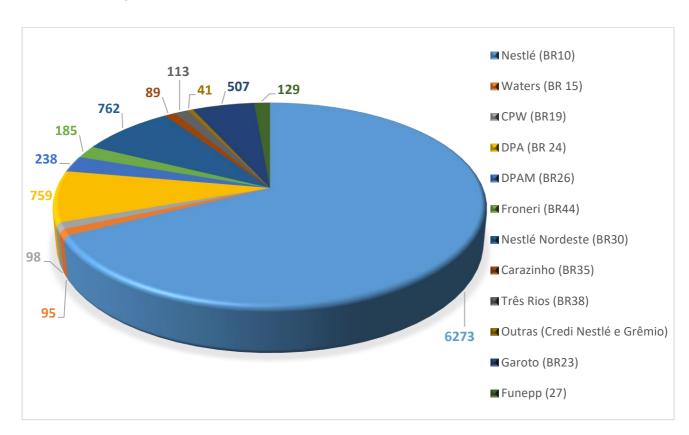


MOVIMENTAÇÃO MENSAL DE ASSOCIADOS

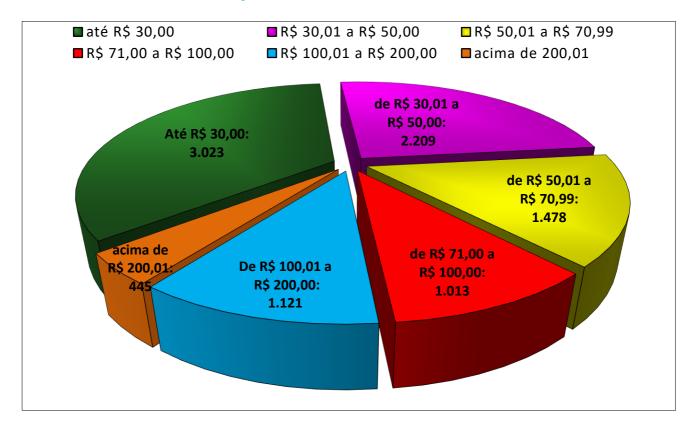
JANEIRO INICIOU COM 9.803 ASSOCIADOS E FINALIZOU EM DEZEMBRO COM 9.289 ASSOCIADOS



QUANTIDADE DE ASSOCIADOS NO GRUPO NESTLÉ

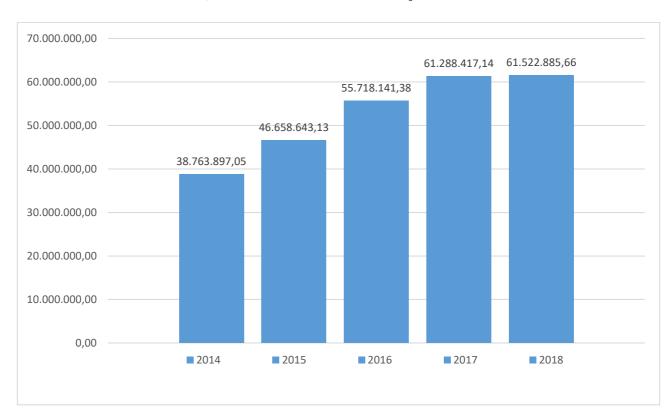


INTEGRALIZAÇÃO MENSAL DE QUOTAS NO CAPITAL



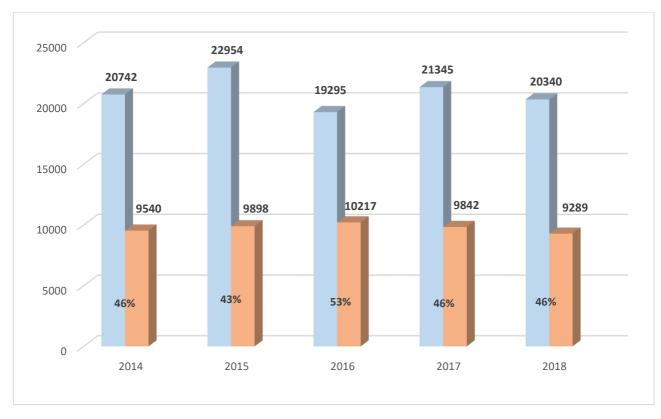
EVOLUÇÃO DO CAPITAL DOS ASSOCIADOS

O Capital Social é formado pelo Capital de todos os associados e apresentou expansão de 0,38% no ano de 2018 em relação a 2017



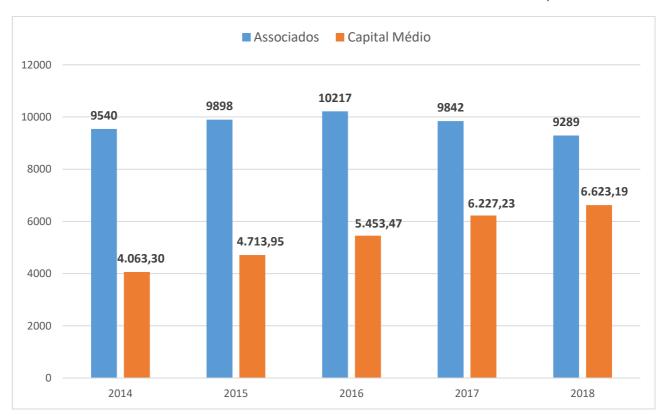
ASSOCIADOS X COLABORADORES

EM 2018 ATINGIMOS 46% DOS COLABORADORES DO GRUPO NESTLÉ EM ASSOCIADOS



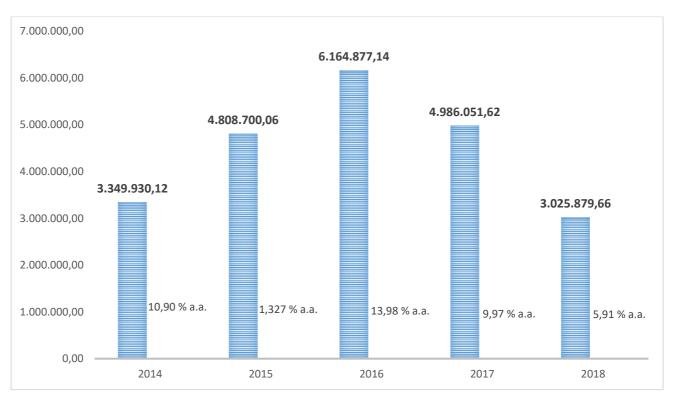
CAPITAL MÉDIO POR ASSOCIADO

DE 2017 PARA 2018 O CAPITAL MÉDIO POR ASSOCIADO CRESCEU EM 6,36%



INCORPORAÇÃO DE JUROS AO CAPITAL DOS ASSOCIADOS

A RENTABILIDADE É CALCULADA COM BASE NA TAXA SELIC DEFINIDA PELO COPOM/BACEN APLICADO AO CAPITAL DE CADA ASSOCIADO ATÉ 100% DA ACUMULADA NO ANO EM 2018 FOI APLICADO 91% DA TAXA SELIC ACUMULADA NO ANO.

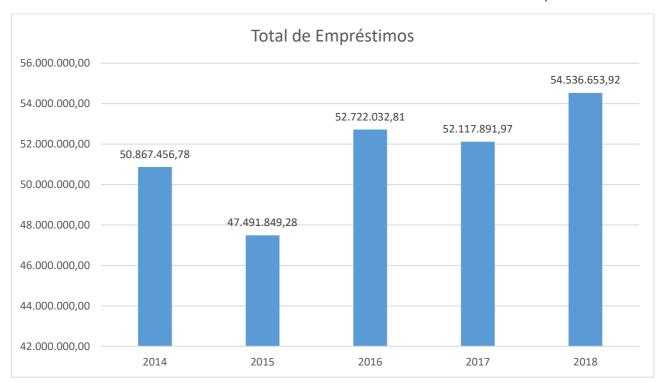


QUANTIDADE DE EMPRÉSTIMOS LIBERADOS



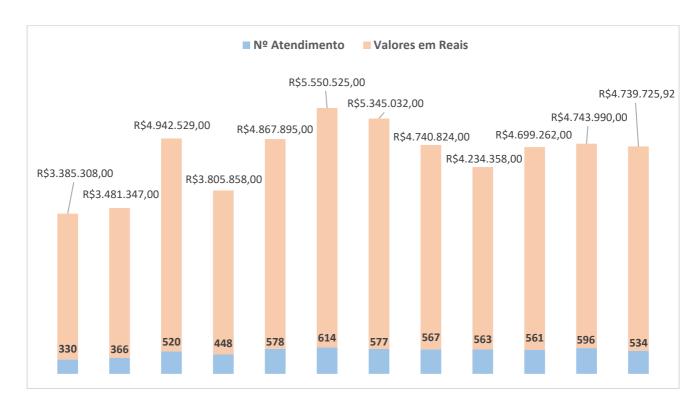
EVOLUÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS AOS ASSOCIADOS

DE 2017 PARA 2018 O TOTAL DE EMPRÉSTIMOS LIBERADOS CRESCEU 4,64%



QUANTIDADE DE ATENDIMENTO X TOTAL LIBERADO MENSALMENTE

Entre Empréstimo Parcelado, Credi-Já, Refinanciamento e Financiamento de Automóvel

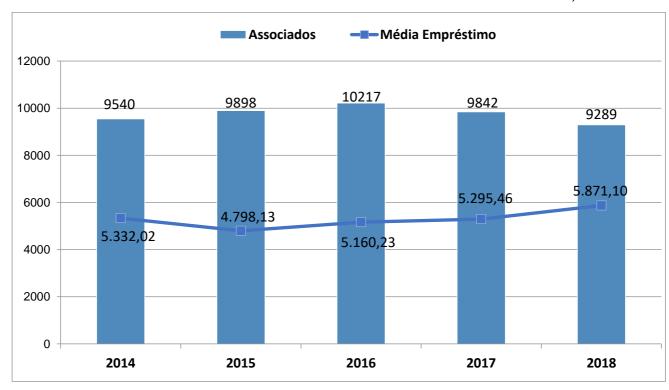


EMPRÉSTIMOS LIBERADOS PARA FINANCIAMENTO DE AUTOMÓVEL

	Meses	Quantidade	Valor	100% CDI	85% do CDI / mês anterior
	Janeiro	4	R\$ 118.800,00	12/17 = 0,5400	0,4590
	Fevereiro	1	R\$ 28.792,00	01/18 = 0,5800	0,4930
	Março	7	R\$ 247.700,00	02/18 = 0,4700	0,3995
	Abril	4	R\$ 157.850,00	03/18 = 0,5300	0,4550
	Maio	10	R\$ 354.300,00	04/18 = 0,5200	0,4420
	Junho	3	R\$ 165.500,00	05/18 =0,5200	0,4420
	Julho	6	R\$ 248.900,00	06/18 = 0,5200	0,4420
	Agosto	6	R\$ 306.600,00	07/18 = 0,5400	0,4590
	Setembro	4	R\$ 149.500,00	08/18 = 0,5700	0,4845
	Outubro	6	R\$ 269.320,00	09/18 = 0,4700	0,3995
N	Novembro	3	R\$ 74.800,00	10/18 = 0,5400	0,4590
[Dezembro	10	R\$ 343.164,00	11/18 = 0,4900	0,4165
тот	AL	64	R\$ 2.465.226,00		

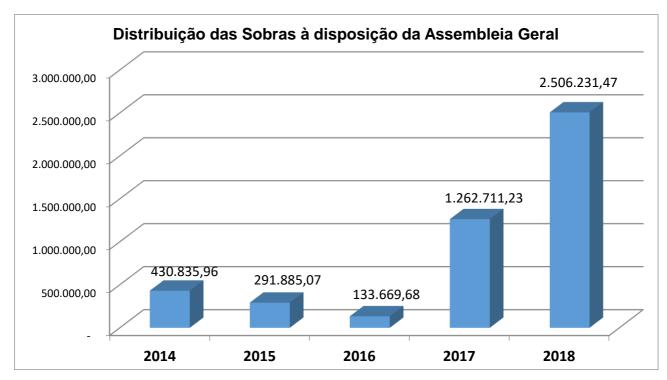
MÉDIA DOS EMPRÉSTIMOS POR ASSOCIADO

DE 2017 PARA 2018 O VALOR EMPRESTADO POR ASSOCIADO CRESCEU EM 10,87%

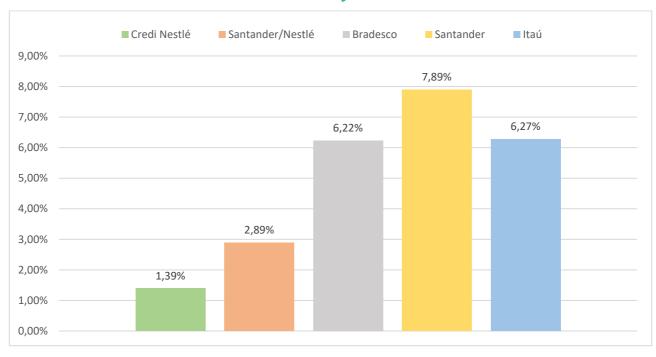


DISTRIBUIÇÃO DAS SOBRAS AOS ASSOCIADOS

SOMENTE PARA ASSOCIADOS QUE PAGARAM JUROS SOBRE OS EMPRÉSTIMOS EM 2018



COMPARATIVO DE TAXAS DE JUROS - CRÉDITO PESSOAL



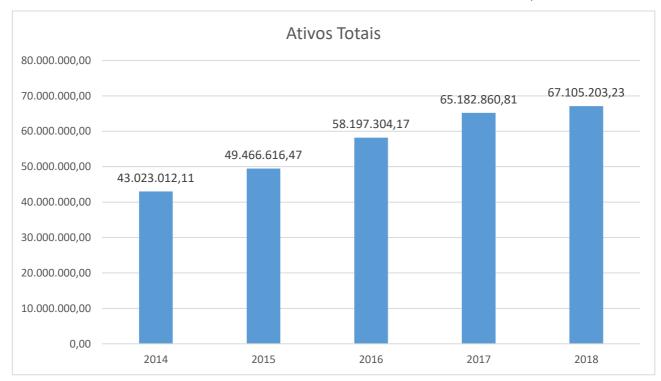
Os dados acima se refere às taxas mínimas p/clientes (Pessoa Física), independente do Canal de Contratação, considerando o prazo de contrato de 12 meses.

Fonte: Fundação PROCON - SP de 04/12/2018.

À exceção do Santander/Nestlé que utiliza uma linha de crédito diferenciada com parcelas fixas aos colaboradores do Grupo Nestlé.

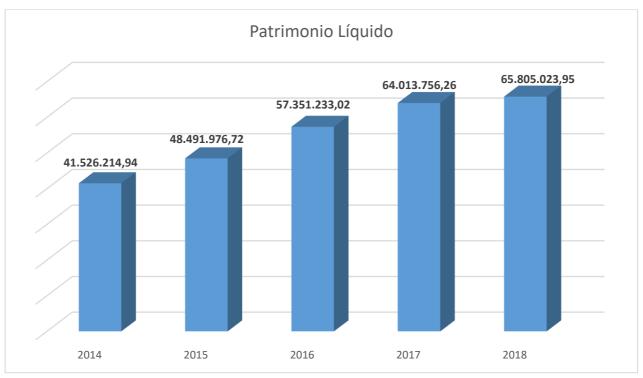
ATIVOS TOTAIS

Com base nos Balanços: Inclui Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Permanente de 2017 para 2018 um crescimento anual de 2,95%



PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Com base nos Balanços: inclui Capital, Reserva Legal e Sobras apresentou um crescimento anual de $2,\!80\%$



DISTRIBUIÇÃO DE KITS NASCIMENTO

OFERECEMOS AOS FILHOS RECÉM-NASCIDOS DOS ASSOCIADOS COM RECURSOS DO F.A.T.E.S.



KIT NASCIMENTO

26 produtos linha Johnson's 576 crianças

Custo unitário R\$ 254,30

297 meninos 279 meninas

Alcançado 55 novos associados No período de maio a dezembro/18

REEMBOLSO DE MATRÍCULA DO ENSINO SUPERIOR

OFERECEMOS AOS ASSOCIADOS O REEMBOLSO DE MATRÍCULA COM RECURSOS DO F.A.T.E.S

REEMBOLSO DE MATRÍCULA



Quantidade de associados que solicitaram reembolso de matrícula

111 Cooperados

Valor total de reembolso

R\$ 68.924,47

Total de associados que contribuíam com menos de 1%

7

Alcançado 15 novos associados

No período de maio a dezembro/18

DEMONSTRAÇÃO DO USO DO F.A.T.E.S. EM 2018

PAGAMENTOS EFETUADOS NO EXERCICIO 2018 COM OS RECURSOS DO FATES APROVADO EM A. G.O. DE 22/03/2018

Saldo do FATES - Balancete de 31/12/2017	676.296,99
Destinação 10% das Sobras ref. exercício de 2017	157.839,90
TOTAL DE RECURSOS DISPONIVEIS PARA 2018	834.135,89

ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL	
Treinamentos e Aperfeiçoamentos	788,95
Matrículas de faculdades e universidades	68.269,09
TOTAL	69.058,04

ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Kits de nascimento	151.910,31
TOTAL	151.910,31

ASSISTÊNCIA TÉCNICA	
Palestras – Educação Financeira	10.925,00
TOTAL	10.925,00

TOTAL UTILIZADO DO FATES NO EXERCÍCIO	
2018	231.893,35
TOTAL FATES ANTES das DESTINAÇÕES ref. SOBRAS	
2018	602.242,54
Destinação de 10% das Sobras ref. exercício de 2018	313.278.93
TOTAL DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA	
2019	915.521,47

São Paulo, 31 de dezembro de 2018.

Marcos Valentim Baccarin Diretor Presidente Leandro Bovo Diretor Administrativo

RESUMO DE DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL ANO 2018

1. Apresentação

A estrutura de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Nestlé** é adequada ao perfil de risco e compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos da instituição.

2. Da governança corporativa

As diretrizes de governança corporativa estão estabelecidas na Política Institucional de Governança Corporativa sendo disseminada no âmbito da cooperativa.

A política de governança visa estabelecer diretrizes aplicadas à representatividade, direção estratégica, gestão executiva, fiscalização e controle para as entidades do Sicoob, contemplando os princípios de segregação de funções na administração, remuneração dos membros dos órgãos estatutários, transparência, equidade, ética, educação cooperativista, responsabilidade corporativa e prestação de contas.

3. Responsabilidades das entidades

As entidades integrantes do Sicoob reconhecem a interdependência e a complementariedade dos papéis que exercem na busca do objetivo sistêmico.

A estrutura de governança corporativa adotada assegura os direitos e os interesses das entidades integrantes do Sicoob.

A cultura e as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são disseminadas pelo Sicoob Confederação por meio de divulgação de políticas institucionais, processos estruturados detalhados em manuais (apresentam procedimentos), bem como, por meio de treinamentos específicos realizados pelo Sicoob Confederação e Sicoob Central Cecresp (videoconferência, presenciais).

As políticas institucionais são aprovadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, tendo a ciência e aprovação, também, do órgão de administração da cooperativa.

4. Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos e Riscos por meio do sistema **Plataforma Gestão de Processos e Controles (PGPC)** que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva da cooperativa.

5. Riscos de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos inerentes a instituição.

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Nestlé está dispensada do gerenciamento do risco de mercado por estar enquadrada no Segmento 5 (S5), conforme preceitua o Artigo 2 da Resolução 4.557/17.

6. Risco de liquidez

É a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e não conseguir negociar a preço de mercado (justo) uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento do risco de liquidez da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Nestlé** visa garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos.

A cooperativa aderiu à estrutura de gestão do risco de liquidez/centralização financeiras centralizada no Sicoob Central Cecresp, sendo o acompanhamento realizado pelo Sistema de Monitoramento de Riscos (SMR).

No gerenciamento destes riscos são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de centralização financeira e liquidez e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de liquidez da cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da cooperativa.

7. Risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Nestlé** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso

do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

A cooperativa possui padronização interna de gerenciamento de sua carteira, e a metodologia utilizada para a avaliação da nota de risco dos seus tomadores considera a pior nota de risco entre as operações tomadas para a sua classificação, destaca-se que a própria cooperativa é a responsável pela estrutura e gestão de sua carteira de crédito.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito da cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

8. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Nestlé está dispensada da gestão de gerenciamento de capital por estar enquadrada no Regime Prudencial Simplificado (RPS), no entanto, para minimizar a possibilidade de insuficiência de capital face aos riscos em que a entidade está exposta, é realizado o acompanhamento por meio de indicadores operacionais fornecidos através de relatórios periódicos disponibilizados pelo Sicoob Confederação e Sicoob Central Cecresp:

- a) Patrimônio de Referência (PR);
- b) Parcela de Risco (RWARPS);
- c) Índice de Basileia (IB);
- d) Grau de Imobilização (GI);
- **9.** Este Resumo de Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob), foi revisado e aprovado na reunião do Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2019.

Os originais encontram-se assinados

Marcos Valentim BaccarinLeandro BovoRaimundo Cesar GomesDiretor PresidenteDiretor AdministrativoDiretor Operacional

RELATÓRIO DA ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO CENTRALIZADO DE RISCOS E DE CAPITAL DO SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL (SICOOB) ANO 2018

I - Apresentação

- 1. Aprimorando a harmonização, a integração e a racionalização de processos, e baseado no princípio de organização sistêmica, o Sicoob utiliza estruturas centralizadas de gerenciamento de capital e dos riscos operacional, de mercado, de liquidez e de crédito, por intermédio do Sicoob Confederação e do Bancoob.
- **2.** Além do gerenciamento de capital e do risco operacional, o Sicoob Confederação, a paritr de 1º /11/ 2017, passou a ser o responsável pelo gerenciamento centralizado dos risco de crédito, de mercado e de liquidez no âmbito das cooperativas do Sicoob, conforme aprovado pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação em reunião realizada em 05/07/2017.
- **3.** A alocação racionalizada de recursos, a definição de responsabilidades e de processos integrados e a aplicação das melhores práticas de gerenciamento de riscos e de capital conferem mais transparência, eficácia e tempestividade às atividades das entidades do Sicoob.
- **4.** No Sicoob, as estruturas centralizadas de gerenciamento de riscos e de capital são compatíveis com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.
- 5. A implantação das estruturas centralizadas não desonera as entidades do Sicoob de suas responsabilidades pela gestão de riscos e de capital, na forma da regulamentação aplicável.
- **6.** O Conselho de Administração ou, na sua inexistência, a Diretoria de cada entidade do Sicoob, é responsável pelas informações divulgadas neste relatório.

II - Gerenciamento do Risco Operacional

1. Política Institucional de Risco Operacional

- 1.1 A Política Institucional de Risco Operacional, aprovada no âmbito dos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na inexistência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob, é revisada, no mínimo, anualmente por proposta da área responsável pelo gerenciamento do risco operacional do Sicoob Confederação, em decorrência de fatos relevantes e por sugestões encaminhadas pelas cooperativas do Sicoob.
- **1.2** Esta Política estabelece diretrizes e responsabilidades aplicáveis ao gerenciamento do risco operacional das entidades do Sicoob.

2. Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional

- **2.1** O gerenciamento de risco operacional do Sicoob é realizado de forma centralizada pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), com amparo no art. 12 da Lei Complementar 130/2009 e no art. 34 da Resolução CMN 4.434/2015 e no art. 4º da Resolução CMN nº 4.557/2017.
- **2.2** A estrutura centralizada de gerenciamento do risco operacional do Sicoob prevê:
 - a) Identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional;
 - b) Documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco operacional;
 - c) Realização, com periodicidade mínima anual, de testes de avaliação dos sistemas de controle de riscos operacionais implementados;
 - d) Elaboração de propostas de atualização da política;
 - e) Disseminação da Política de Gerenciamento de Risco Operacional aos Empregados da entidade, em seus diversos níveis, estabelecendo papéis e responsabilidades, bem como as dos prestadores de serviços terceirizados;
 - **f)** Existência de plano de contingência, contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar graves perdas decorrentes do risco operacional;
 - **g)** Implementação, manutenção e divulgação de processo estruturado de comunicação e informação sobre continuidade de atividades.
- 2.3 Os sistemas, modelos e procedimentos aplicáveis ao gerenciamento do risco operacional são avaliados, anualmente, pela Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa (CNAC), criada a partir das exigências da Resolução nº 3442/2007, do Conselho Monetário Nacional (CMN).
- **2.4** Os resultados apresentados nos Relatórios de Auditoria são utilizados para corrigir adaptar, promover melhorias ou reformulações no gerenciamento do risco operacional.

3. Metodologia

- **3.1** O processo de gerenciamento do risco operacional do Sicoob consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.
- **3.2** A Plataforma de Gestão de Processo e Controles (PGPC), nos módulos Risco Operacional e Controles Internos Ações auxilia no processo de gerenciamento do risco operacional.
- **3.3.** O ciclo de identificação, avaliação e tratamento de riscos operacionais, incluindo a reavaliação dos riscos já identificados, compõe-se das seguintes etapas:

- a) Identificação do risco operacional: atividade realizada por meio da análise dos processos da entidade, verificando também os riscos, causas e controles já identificados e incluídos na PGPC;
- b) Avaliação qualitativa do risco operacional identificado: atividade que relaciona as informações de impacto e probabilidade para a determinação dos riscos que devem receber tratamento. É realizada por meio da PGPC, módulo Risco Operacional, com aplicação da Matriz de Avaliação de Riscos Operacionais;
- c) Tratamento do risco operacional pela adoção dos procedimentos de:
 - **c.1)** implementação, pelos gestores de cada processo, das ações por eles informadas para tratamento dos riscos operacionais. Essa atividade é realizada por meio da PGPC, módulo Controles Internos Ações;
 - c.2) verificação da efetividade e tempestividade da implementação de cada ação;
 - **c.3**) crítica do enquadramento dos riscos nos parâmetros definidos na metodologia;
 - **c.4)** reavaliação dos riscos operacionais, também pelos gestores de cada processo, considerando os sistemas de controles já implementados;
 - **c.5)** guarda, pelos gestores das áreas da entidade, de documentos que evidenciam a efetividade, a tempestividade e a conformidade dos procedimentos, controles e/ou das ações de tratamento dos riscos operacionais, possibilitando a verificação por parte das auditorias interna, externa e cooperativa, área de Controles Internos e Banco Central do Brasil.
- d) Documentação e armazenamento de informações associadas ao risco operacional:
 - **d.1)** as perdas operacionais e as recuperações de perdas operacionais estão armazenadas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (SCIR) em banco de dados fornecido pelo Sicoob Confederação;
 - **d.2)** a guarda da documentação referente às perdas e às recuperações de perdas associados ao risco operacional é realizada pela área responsável pela perda, possibilitando a verificação por parte das auditorias interna, externa e cooperativa, pelas áreas de Controles Internos e pelo Banco Central do Brasil.
- e) Comunicação e informação: geração de informações que permitam, internamente, a identificação de condições para adoção de correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco operacional e, externamente, a transparência do processo;
- f) Alocação de capital: em cumprimento à Resolução CMN 4.193/2013 e à Circular BCB 3.640/2013, foi definida a Abordagem do Indicador Básico para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente ao risco operacional (RWAopad).

III - Gerenciamento de Riscos de Mercado e de Liquidez

1. Políticas Institucionais de Gerenciamento da Centralização Financeira de Riscos de Mercado e de Liquidez

- **1.1** As Políticas Institucionais de Gerenciamento da Centralização Financeira de Riscos de Mercado e de Liquidez, aprovadas pelos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na ausência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob, visam estabelecer responsabilidades e diretrizes aplicadas à gestão de riscos de mercado e de liquidez e atender às exigências e normas legais.
- **1.2** Na revisão das Políticas são considerados os resultados dos testes das auditorias internas e externas, a experiência da área gestora e as normas aplicáveis vigentes.
- **1.3** Os resultados apresentados nos Relatórios de Auditoria são utilizados para corrigir, adaptar, promover melhorias ou reformulações no gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez.

2. Estrutura de Gerenciamento de Riscos de Mercado e de Liquidez

- **2.1** O gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez, com amparo no art. 9º da Resolução CMN 3.464/2007 e no art. 8º da Resolução CMN 4.090/2012 e no art. 4º da Resolução CMN nº 4.557/2017 é realizado de forma centralizada pelo Sicoob Confederação desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob).
- **2.2** A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez prevê:
 - a) realização de validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
 - b) procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de liquidez;
 - b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez;
 - d) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos para as entidades do Sicoob, fornecidos pela área responsável pela estrutura centralizada de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez, que evidenciem, no mínimo:
 - **d.1)** valor em Risco (Value at Risk VaR);
 - d.2) limites máximos de risco de mercado;
 - **d.3)** cenários de *stress* para risco de mercado;
 - d.4) limite mínimo de liquidez;
 - **d.5)** cenários de *stress* para risco de liquidez.
 - e) realização de testes de avaliação dos sistemas implementados de controle dos riscos de mercado e de liquidez;

- **f)** elaboração das demonstrações relativas aos riscos de mercado e de liquidez exigidas pelo Banco Central do Brasil, de acordo com as especificações normativas;
- g) existência de plano de contingência, contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar graves perdas decorrentes do risco de mercado e de liquidez.
- **2.3** O processo de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez é claramente segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade dos processos no âmbito do Sicoob.

3. Metodologia

- **3.1** O gerenciamento de risco de mercado adota procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (*trading*) e não negociação (*banking*), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de *stress* e de aderência do modelo de mensuração de risco (*backtesting* do VaR).
- 3.2 A métrica adotada para o cálculo gerencial do risco de mercado da carteira de não negociação (*banking*) é o Valor em Risco (Value at Risk VaR), que mede a perda máxima estimada para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado um intervalo de confiança estabelecido.
- **3.3** Para carteira de negociação (*trading*) são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.
- **3.4** São realizados testes de *stress* mensais pela área gestora do Bancoob, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.
- **3.5** Os testes de aderência do modelo de mensuração dos riscos (*backtesting* do VaR) são realizados trimestralmente pela área gestora do Bancoob, para apurar o nível de consistência entre as perdas estimadas pelo VaR e os retornos efetivamente verificados.
- **3.6** O gerenciamento do risco de liquidez adota procedimentos de identificação dos parâmetros de liquidez, da projeção da liquidez (fluxo de caixa), dos limites do risco de liquidez, cenários de *stress* de liquidez e planos de contingência de liquidez.
- **3.7** Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados, anualmente, pelas Auditorias Interna e Externa. Os resultados apresentados nos Relatórios de Auditoria são utilizados para corrigir, adaptar, promover melhorias ou até reformulações completas de processos de trabalho do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez.

IV - Gerenciamento do Risco de Crédito

1. Política Institucional de Risco de Crédito

- **1.1** A Política Institucional de Risco de Crédito em vigor tem característica sistêmica e foi aprovada pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.
- **1.2** Quando necessário, o gestor da estrutura centralizada propõe alterações na política e as aprovações são efetivadas pelos Conselhos de Administração do Sicoob Confederação e do Bancoob.

2. Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito

- **2.1** O gerenciamento do risco de crédito, conforme art 9º da Resolução CMN 3.721/2009 e o art. 4º da Resolução CMN nº 4.557/2017, é realizado de forma centralizada pelo Sicoob Confederação desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Bancoob.
- **2.2** A estrutura de gerenciamento de risco de crédito atua na padronização de processos, metodologias de análise de risco de clientes e operações, monitoramento das carteiras de crédito, manutenção de política única de risco de crédito e prevê:
 - a) adequada validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
 - estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
 - c) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
 - d) procedimentos para a recuperação de créditos;
 - e) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
 - f) informações gerenciais periódicas para as entidades do Sistema;
 - g) área responsável pelo cálculo e projeção do capital regulamentar necessário, bem como do nível adequado de provisão para créditos de liquidação duvidosa;
 - modelos para avaliação do risco de crédito do cliente, de acordo com o público tomador, que levam em conta características específicas dos tomadores e questões setoriais e macroeconômicas;
 - i) limites de crédito para cada cliente e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
 - j) modelo para avaliar o impacto na provisão para crédito de liquidação duvidosa bem como no capital regulamentar e índice de Basileia em condição extrema de risco de crédito.
- **2.3** As normas internas do gerenciamento de risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de

operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado, contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

- **2.4** Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito são claramente segregados e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade no âmbito do Sicoob.
- **2.5** Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados, anualmente, por auditorias interna e externa. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para corrigir, adaptar e promover melhorias no gerenciamento do risco de crédito.
- **2.6** Cabem às cooperativas centrais e singulares a execução e o acompanhamento das diretrizes aprovadas sistemicamente.
- **2.7** No Sicoob, a estrutura de gerenciamento de risco de crédito é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcionais à dimensão da exposição ao risco de crédito das entidades integrantes do Sistema.
- **2.8** A estrutura centralizada não desonera as cooperativas singulares e centrais de suas responsabilidades pela gestão do risco de crédito.

3. Metodologia

- **3.1** O Sicoob mantém um conjunto de metodologias para avaliar o risco de crédito do cliente e da operação:
 - a) a metodologia é aplicada em duas etapas. Avalia-se primeiramente o cliente para depois avaliar eventuais fatores mitigadores de risco das operações com base em garantias;
 - b) há várias metodologias de avaliação de risco do cliente aplicadas conforme o perfil do tomador;
 - c) nas metodologias de avaliação de risco do cliente, consideram-se variáveis específicas aos clientes e variáveis setoriais;
 - d) as metodologias têm poder discriminante (capacidade de separar bons e maus clientes) periodicamente testado;
 - **e)** as classificações de risco subsidiam a alocação do crédito e a gestão da carteira de maneira sistêmica;
 - f) a metodologia de risco de operação contempla o contido na Resolução CMN 2.682/1999.

- **3.2** São considerados como componentes metodológicos para a classificação de risco da operação:
 - **a)** Probabilidade de Descumprimento ou *Probability of Default* (PD): percentual que corresponde a probabilidade de descumprimento da classe de risco;
 - b) Perda Dado o Descumprimento ou *Loss Given Default* (LGD): percentual da perda econômica decorrente do descumprimento, considerados todos os fatores relevantes para recuperação do crédito;
 - c) Exposição ao Descumprimento ou *Expostule at Default* (EAD): corresponde ao valor da exposição da entidade perante o tomador ou contraparte no momento da concretização do evento de descumprimento.
- **3.3** Assim, com base nesses componentes, estima-se a Perda Esperada (PE) na operação, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PE = PD \times LGD \times EAD$$

3.4 O percentual de perda (LGD) pode ser influenciado por características das operações devido à presença de garantias.

V - Gerenciamento de Capital

1. Política Institucional de Gerenciamento de Capital

- 1.1 A Política Institucional de Gerenciamento de Capital, aprovada pelos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na ausência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob estabelece as diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do Capital, visando adotar uma postura prospectiva, antecipando necessidades de Capital decorrente de possíveis mudanças nas condições do mercado.
- **1.2** A aplicação das diretrizes, registradas na Política, e dos procedimentos aplicáveis é de responsabilidade das entidades do Sicoob.

2. Estrutura de Gerenciamento de Capital

- **2.1** O gerenciamento de Capital é realizado de forma centralizada pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), com amparo no art. 9º da Resolução CMN 3.988/2011 e no art. 4º da Resolução CMN nº 4557/2017.
- **2.2** A estrutura de gerenciamento de Capital prevê:
 - a) monitoramento e controle do capital mantido pelas entidades do Sicoob;
 - **b)** avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades estão sujeitas;

- c) planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades e horizonte mínimo de 3 (três) anos;
- c) postura prospectiva, com antecipação da necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;
- **d)** viabilização, por meio de planejamento adequado de capitalização e de condições necessárias para o crescimento de negócios, estabelecido nas diretrizes estratégicas.

3. Metodologia

- **3.1.** O Gerenciamento de Capital é um processo cíclico que envolve áreas do Sicoob Confederação, Bancoob, cooperativas centrais e singulares.
- **3.2.** O Sicoob mantém um conjunto de metodologias que permitem identificar e avaliar riscos relevantes, de forma a manter um capital compatível com os riscos incorridos pela entidade.
- **3.3.** São realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado. Os resultados das avaliações de seus impactos no capital são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração do Sicoob Confederação.
- **3.4.** O processo de gerenciamento de capital é avaliado, anualmente, pela CNAC.
- **4.** Este Relatório da Estrutura de Gerenciamento Centralizado de Riscos e de Capital do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob), foi revisado e aprovado na reunião do Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2019.

Os originais encontram-se assinados

Marcos Valentim BaccarinLeandro BovoRaimundo Cesar GomesDiretor PresidenteDiretor AdministrativoDiretor Operacional

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2018

Cooperativa de Crédito Economia e Crédito Mútuo dos Funcionarios da Nestlé CNPJ/MF nº 62.562.012/0001-67

ATIVO	2.018	2.017
CIRCULANTE	36.976.164	41.836.738
Disponibilidado	333.046	244.445
Disponibilidade Título e Valores Mobiliários	15.949.203	288.689
Relações Interfinanceiras	13.949.203	16.171.973
Operações de Crédito	18.110.325	25.029.204
Outros Créditos	2.582.169	100.460
Outros Valores e Bens	1.421	1.966
outros varores e bens	1.721	1.500
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	36.976.164	41.836.738
NÃO CIRCULANTE		
Operações de Crédito	26.158.375	20.076.588
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	26.158.375	20.076.588
PERMANENTE		
Investimentos	3.835.875	3.145.621
Imobilizado de Uso	99.666	94.338
Intangível	159.363	143.973
Depreciação/Amortização Acumulad	- 124.240	- 114.398
TOTAL DO PERMANENTE	3.970.664	3.269.535
TOTAL DO ATIVO	67.105.203	65.182.861
PASSIVO	2.018	2.017
CIRCULANTE	1.300.179	1.169.105
Obrigações Sociais e Estatutárias	932.914	851.525
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	124.931	171.249
Outras Obrigações	242.334	146.330
TOTAL DO PASSIVO CIRULANTE	1.300.179	1.169.105
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	61.522.886	61.288.417
RESERVAS DE SOBRAS	1.775.907	1.462.628
Sobras do Exercício	2.506.231	1.262.711
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	65.805.024	64.013.756
TOTAL DO PASSIVO	67.105.203	64.182.861

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS DO EXERCÍCIO

Cooperativa de Crédito Economia e Crédito Mútuo dos	Funcionarios da	Nestlé	
CNPJ/MF nº 62.562.012/0001-67			
Descrição das contas	2º SEMESTRE DE 2018	2.018	2.017
~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~			
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	4.558.314	8.822.291	8.711.370
Operações de Crédito	4.324.579	8.579.389	8.685.239
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	233.734	242.902	26.130
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(28.287)	(153.502)	(57.887)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(28.287)	(153.502)	(57.887)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	4.530.026	8.668.789	8.653.483
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(4.180.929)	(5.442.492)	(6.932.696
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(1.114.620)	(2.315.801)	(2.225.326
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(460.779)	(1.007.031)	(927.712
Dispêndios e Despesas Tributárias	(8.271)	(13.925)	(14.636)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	213.370	667.361	939.065
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	215.667	253.284	282.052
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(3.026.297)	(3.026.380)	(4.986.139)
RESULTADO OPERACIONAL	349.097	3.226.297	1.720.786
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(20)	335	534
RECEITAS NAO OPERACIONAIS	-	356	815
DESPESAS NAO OPERACIONAIS	(20)	(20)	(281)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	349.077	3.226.632	1.721.321
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-	(256
PARTICIPAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS	(29.103)	(93.843)	(142.676)
RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	319.974	3.132.789	1.578.389
FATES	-	(313.279)	(157.839
Reserva Legal	_	(313.279)	(157.839
SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	319.974	2.506.231	1.262.71
JUROS AO CAPITAL	(3.025.880)	(3.025.880)	(4.986.052)

# DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Cooperativa	a de Crédito Econom	ia e Crédito Mútuo	dos Funcionarios	da Nestlé		
CNPJ/MF nº 62.562.012/0001-67						
	Capital Subscrito	Reserva Legal	Reserva Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total	
Saldos em 31/12/2016	55.718.141	1.304.790	194.633	133.669	57.351.233	
Mutações do Período	9.059.498	16.709	(58.735)	(158.216)	8.859.256	
Ao FATES					-	
Constituição de Reservas			-	(133.669)	(133.669)	
Integralização/Subiscrição de capital	8.671.122				8.671.122	
(-) Devolução de Capital	(8.010.563)				(8.010.563)	
Reversões de reservas			(194.633)	-	(194.633)	
Inegralização de Juros ao Capital	4.986.052			-	4.986.052	
IRRF sobre Juros ao Capital	(76.335)				(76.335)	
Sobras ou Perdas Líquidas				1.578.387	1.578.387	
Destinação das Sobras ou Perdas:					-	
. Fundo de Reserva		157.838		(157.838)	-	
. F A T E S - Ato Cooperativo				(157.838)	(157.838)	
Saldos em 31/12/2017	61.288.417	1.462.628	-	1.262.711	64.013.756	
Mutações do Período	52.228.919	1.445.919	58.735	1.420.927	55.154.500	
Ao FATES					-	
Ao Capital	1.262.711			(1.262.711)	0	
Integralização/Subiscrição de capital	8.583.505				8.583.505	
(-) Devolução de Capital	(12.610.705)				(12.610.705)	
Inegralização de Juros ao Capital	3.025.880			-	3.025.880	
IRRF sobre Juros ao Capital	(26.922)				(26.922)	
Sobras ou Perdas Líquidas				3.132.789	3.132.789	
Destinação das Sobras ou Perdas:					-	
. Fundo de Reserva		313.279		(313.279)	(0)	
. F A T E S - Ato Cooperativo				(313.279)	(313.279)	
Saldos em 31/12/2018	61.522.886	1.775.907	-	2.506.231	65.805.024	
Mutações do Período	61.522.886	1.775.907	-	2.506.231	65.805.024	

# DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Cooperativa de Crédito Economia e Crédito Mútuo dos Funcionarios da Nestlé  CNPJ/MF nº 62.562.012/0001-67			
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Sobras/Perdas do Exercício	319.974	3.132.789	1.578.387
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	(194.633
Provisão para Operações de Crédito	(31.992)	93.105	52.290
Depreciações e Amortizações	3.715	9.842	20.512
	291.698	3.235.737	1.456.556
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS			
Operações de Crédito	1.885.513	743.987	(42.024)
Outros Créditos	(153.766)	(2.481.709)	2.801.368
Outros Valores e Bens	20.657	545	(539)
Obrigações Sociais e Estatutárias	153.147	81.390	350.748
Obrigações Fiscais e Previdênciaria	28.633	(46.318)	(62.397
Outras Obrigações	(101.504)	96.003	34.682
	1.832.680	(1.606.103)	3.081.838
CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES	2.124.378	1.629.634	4.538.394,00
Fluxo de Caixa das Aitividades de Invesimentos	-	-	
Aportes de capital e Investimento (-)	(508.436)	(690.254)	(432.540
Aquisicação de Imobilizações de Uso (-)	8.848	(5.328)	· -
Aquisições do intangivel e Diferido (-)	(15.390)	(15.390)	-
Baixa do Imobilizado de Uso	, ,	, ,	2.103
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(514.978)	(710.972)	(430.437)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financimanento		, , , , ,	·
Aumento por novos aportes de Capital	4.285.661	8.583.505	8.671.122
Devolução de Capital à Cooperados	(7.023.257)	(12.610.705)	(8.010.563
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES	-	-	(133.669
FATES Sobras Exercício	(313.279)	(313.279)	(157.838
Subscrição do Juros ao Capital	3.025.880	3.025.880	4.986.052
IRRF sobre Juros ao Capital	(26.922)	(26.922)	(76.335
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(51.918)	(1.341.521)	5.278.769
·	1.557.482	(422.859)	9.386.726
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		(422.859)	9.386.726
No início do período	14.724.767	16.705.108	7.318.381
No fim do período	16.282.249	16.282.249	16.705.107
22 ponoso	25.252.2 15		20.700.207

# Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017. (Em reais)

#### 1. Contexto operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Nestlé - CREDINESTLÉ, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 08/05/1969, filiada à Cooperativa Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo - SICOOB CENTRAL CECRESP e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela lei complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, que dispõe sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, as alterações estatutárias e o cancelamento de autorização para funcionamento das cooperativas de crédito e dá outras providências. Tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, por meio da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

#### 2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da administração da cooperativa e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, especificamente aquelas aplicadas às entidades cooperativas, as disposições das leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações da lei complementar 130/2009 bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. - Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Resolução CMN nº 3.823/2009. Os demais pronunciamentos serão aplicáveis a partir de sua aprovação pelo órgão regulador.

A autorização para a conclusão e emissão destas demonstrações contábeis foi dada pela administração 24 de janeiro de 2019.

#### 3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

#### a) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

#### b) Aplicações em títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras a serem mantidas até o seu vencimento são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

#### c) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

A taxa praticada em 2018 foi de 1,39% a 1,97% ao mês pelo sistema SAC, com prazos de pagamento de 1(um) a 48(quarenta e oito) meses.

Para empréstimo financiamento de veículo é praticada a taxa de 85% CDI do mês anterior com o prazo de pagamento de 1 (um) a 48 (quarenta e oito meses).

#### d) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/1999 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

#### e) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL CECRESP e ações do BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

#### f) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

Os bens considerados como: equipamentos de uso e sistemas de processamento de dados não sofreram reavaliação, visto a imaterialidade do saldo para fins de ajuste.

#### g) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

#### h) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como

praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

#### i) Valor recuperável de ativos - impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2018 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

#### j) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### k) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

#### 1) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a cooperativa tem por diretriz.

#### m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

#### n) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

#### o) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pósfixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a lei 5.764/1971, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo imposto de renda – IR e contribuição social – CSLL quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

#### p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

#### q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Disponibilidades	333.045	244.445
Relações interfinanceiras - centralização financeira		16.171.973
Títulos e valores mobiliários	15.949.203	288.689
Total	16.282.248	16.705.108

#### 5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as aplicações em títulos e valores mobiliários da Credi Nestlé estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Títulos de renda fixa	15.949.203	288.689

#### 6. Relações interfinanceiras

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECRESP, conforme determinado no art. 23, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

#### 7. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999:

Nível	Percentual	Situação	Emprest./	Total em	Total da	Total em	Total da
	de Risco		Tit. Desc*		Provisão		Provisão
					em		em
				31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2017
A	0,50%	Normal	43.794.148	43.794.149	(218.971)	44.990.082	(224.950)
В	1%	Normal	100.331	100.331	(1.003)	11.135	(111)
С	3%	Normal	254.517	254.517	(7.636)	89.253	(2.678)
С	3%	Vencidas	71.750	71.750	(2.153)	116.766	(3.503)
D	10%	Normal	117.194	117.194	(11.719)	24.461	(2.446)
D	10%	Vencidas	76.340	76.340	(7.634)	41.777	(4.177)
Е	30%	Normal	25.750	25.750	(7.725)	6.556	(1.967)
Е	30%	Vencidas	56.550	56.550	(16.965)	74.414	(22.324)
F	50%	Normal	9.668	9.668	(4.834)		
F	50%	Vencidas	51.689	51.689	(25.845)	27.013	(13.506)
G	70%	Normal	32.052	32.052	(22.436)		
G	70%	Vencidas	18.776	18.776	(13.143)		
Н	100%	Normal	50.182	50.182	(50.182)	22.040	(22.040)
Н	100%	Vencidas	41.508	41.508	(41.508))	40.945	(40.945)
Total N	Vormal		44.383.843	44.383.843	(324.506)	45.143.527	(254.192)
Total \	/encido		316.613	316.613	(107.247)	300.914	(84.456)
Total (	Geral		44.700.455	44.700.455	(431.754)	45.444.441	(338.648)
Provisô	ŏes (-)		(431.754)	(431.754)			
						(338.648)	
Total I	Líquido		44.268.701	44.268.701		45.105.793	

^{*} Em Empréstimos estão contidos os valores das Operações Renegociadas.

#### b) Composição da carteira de créditos segregada por faixas de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total em 31/12/2018
Empréstimos	3.860.398	14.425.989	26.414.068	44.700.455

## c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo produto, cliente e atividade econômica:

Setor		31/12/2018				
	Conta Empréstimo e Título Total da				Total da	
	Corrente	Financiamento	Descontado	Carteira	Carteira	
Pessoas Físicas		44.700.455			45.444.441	

### d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	(338.649)	(286.359)
Constituições/Reversões no período	(428.827)	(-109.902)

Transferência/Reversões para Prejuízo no	335.722	57.612
período		
Total	(431.754)	(338.649)

#### e) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira	31/12/2017	% Carteira
		Total		Total
Maior devedor	468.787	1,04%	510.422	1,12%
10 maiores devedores	1.682.811	3,76%	1.719.098	3,78%
50 maiores devedores	4.436.472	9,92%	4.223.451	9,29%

## f) Créditos Baixados como Prejuízo, Renegociados e Recuperados em conformidade com a Resolução nº 2.682/1999 (CMN), artigo 11º, III, os montantes de operações estão assim compostos:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	78.420	77.910
Valor das operações transferidas no período	52.328	5.597
Valor das operações recuperadas no período	6.811	5.087
Total	123.937	78.420

#### 8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Outros Créditos	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não	Total	Total
		Circulante		
Títulos e créditos a receber (a)	2.551.139		2.551.139	91.361
Diversos (b)	26.558		26.558	8.955
Devedores diversos (c)	16.258		16.258	144
Total	2.593.955		2.593.955	100.460

- (a) Em títulos e créditos a receber estão registrados os valores a receber do repasse da folha das empresas: R\$ 2.549.259; e IOF a receber R\$ 1.880
- (b) Em diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Devedores Diversos	31/1	31/12/2017		
	Circulante	Não	Total	Total
		Circulante		
Adiantamentos e antecipações	2.039		2.039	1.591
salariais				
Cheques a receber	24.519		24.519	7.364
Total	26.558		26.558	8.955

#### (c) Em devedores diversos estão registrados:

Devedores Diversos - País	31/12/2018	31/12/2017
Repasse folha a pagar		
Outros Devedores	1.307	144
Outros Devedores - Capital - 2018	1.842	
Outros Devedores - Empréstimos - 2018	13.109	
Total	16.258	144

#### 9. Outros valores e bens

Em Despesas antecipadas está registrado o valor de 1.421, referente ao Seguro de Vida Anual.

Despesas Antecipadas	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Seguro de Vida	1.421		1.421	1.966

#### 10. Permanente

#### a) Investimentos

O saldo é representado por quotas do SICOOB CENTRAL CECRESP, ações do BANCOOB e outros investimentos, conforme demonstrado:

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2018	31/12/2017
SICOOB CENTRAL CECRESP	3.826.113	3.135.859
Banco Cooperativo do Brasil S.A BANCOOB	9.762	9.762
Total	3.835.875	3.145.621

#### b) Imobilizações de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Imobilizado de Uso	31/12/2018		31/12/2017	Taxas anuais
	Custo	Total	Total	de
	corrigido	líquido	líquido	depreciação
				0/0
Móveis e equipamentos de uso	34.856	19.534	22.724	10%
Sistema de comunicação	456	_	-	10%
Sistema de processamento de	64.354	29.564	19.510	20%
dados				
Total	99.666	49.098	42.234	

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor contábil inferior àqueles preços praticados pelo mercado.

#### c) Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Intangível	31/12/2018			31/12/2017	Taxas anuais
		Amortização		Total	de
	corrigido	acumulada	líquido	líquido	amortização
					0/0
Outros ativos	159.363	(73.672)	85.691	81.679	20%
intangíveis					

O valor registrado na rubrica "Intangível" refere-se a DMP licenças de uso, adquirida em 06/2009 pela Advance MDB no valor de R\$ 1.088. E o valor de R\$ 35.500 referente ao desenvolvimento atualização do site da Credi Nestlé em 09/2009 e o valor de R\$ 45.546 referente ao desenvolvimento atualização do site da Credi Nestlé a partir de 05/2015. Em 2016 foram adquiridas as licenças: OmniPlusoft R\$ 53.860,00 e SIC Cloud R\$ 7.979. Em 2018 LQDI para atualização do SITE no valor de 15.390,00.

#### 11. Cobrança e Arrecadação Tributos Assemelhados

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
IOF a Recolher	19.031	20.357

#### 12. Obrigações sociais e estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
FATES - Fundo de Assistência Técnica,	915.521	834.136
Educacional e Social (a)		
Cotas de capital a pagar (b)	17.393	17.389
Total	932.914	851.525

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

#### 13. Obrigações fiscais e previdenciárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para impostos e contribuições s/	95.910	92.665
salários		
Impostos e contribuições s/ serviços de	2.099	2.249
terceiros		
IRRF de juros ao capital	26.922	76.335
Total	124.931	171.249

#### 14. Outras obrigações

As obrigações diversas, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Outras Obrigações	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Fornecedores (a)	85		85	1.711
Despesas de pessoal (b)	102.494		102.494	106.963
Outras despesas	43.314		43.314	11.295
administrativas (c)				
Credores diversos - país (d)	77.410		77.410	6.004
Total	223.303		223.303	125.973

- (a) Refere-se a ao programa Nutrir, qualidade de vida a pagar, estacionamento e compras Grêmio funcionários;
- (b) Provisão de Férias colaboradores;
- (c) Despesas serviços de terceirizados a pagar.
- (d) A conta credores diversos país, está assim composta:

Devedores Diversos - País	31/12/2018	31/12/2017
Repasse folha a pagar	40.431	
Outros Credores - Capital - 2017	404	5.574
Outros Credores - Capital - 2018	15.447	430
Outros Credores - Empréstimos - 2018	21.128	
Total	77.410	6.004

#### 15. Instrumentos financeiros

A Credi Nestlé opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

#### 16. Patrimônio líquido

#### (a) Capital social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

O capital social e número de associados estão assim compostos:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital social (a)	61.522.886	61.288.417
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Total de associados	9.289	9.842
Descrição	31/12/2018	31/12/2017

#### (a) Reserva legal

Total

Reserva Legal (b)

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

1.775.907

1.775.907

1.462.628

1.462.628

#### Sobras ou perdas de exercícios anteriores

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a lei nº 5.764/1971.

#### (e) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/1971, as sobras líquidas do exercício terão a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Sobras do exercício- base de cálculo das destinações	3.132.789	1.578.389
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 10%	(313.279)	(157.839)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(313.279)	(157.839)
Sobras à disposição da Assembleia Geral	2.506.231	1.262.711

A reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades;

O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa; e

Os resultados decorrentes de atos não cooperativos são destinados ao FATES.

#### 17. Provisão de juros ao capital

A cooperativa vem provisionando juros ao capital, com a expectativa de que ao final do exercício, remunere o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7°, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

#### 18. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central do Brasil, tais como operações de crédito.

Saldo das operações ativas e passivas no exercício de 2018 e 2017:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	% em relação à carteira total
Saldo das operações ativas	329.394	339.223	0,74%

#### (a) Detalhamento das operações ativas:

OPERAÇÕES ATIVAS				
Natureza da Operação	Valor da	PCLD (Provisão	% da Operação	
de Crédito -	Operação de	para crédito de	Crédito em	
Transações com partes	Crédito	Liquidação	relação à carteira	
relacionadas		Duvidosa)	total	
Empréstimo /	329.394	1.647	0,74%	
financiamento				

(b) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de:

A taxa praticada nos empréstimos: de 1,39% a 1,97% ao mês pelo sistema SAC, com prazos de pagamento de 1(um) a 48(quarenta e oito) meses.

Para empréstimo veículo é praticada a taxa de 85% CDI do mês anterior com o prazo de pagamento de 1 (um) a 48 (quarenta e oito meses).

(c) No exercício de 2018, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS DE PARTES RELACIO	NADAS EXERCÍCIO			
2018				
Descrição	Total dos Benefícios			
Honorários	68.688			

#### 19. Índice de Basiléia

O Patrimônio de Referência (PR) da cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, apresentando margem para o limite de compatibilização de R\$ 59.078.698,80 em 31 de dezembro de 2018.

#### 20. Contingências passivas.

Passivos contingentes: não existem passivos contingentes.

Marcos Valentim Baccarin Diretor Presidente

Valeria Machado da Costa Mesquita Contadora CRC: 1SP-193.225/O-3

#### PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Nestlé, pelos seus membros abaixo assinados, tendo em vista os resultados das reuniões de verificação realizadas no decorrer do exercício de 2018 para os fins previstos no artigo 98 do Estatuto Social, e após examinar os documentos que compõem o "BALANÇO GERAL" encerrado em 31 de dezembro de 2018 bem como da Demonstração de "SOBRAS OU PERDAS", constatou-se que:

As escriturações contábil e fiscal estão em perfeita ordem;

As despesas efetuadas autorizadas pela Administração encontram-se dentro das necessidades e possibilidades da cooperativa e estão devidamente documentadas;

Não tem a cooperativa qualquer questão a resolver com as autoridades do Cooperativismo;

O saldo do dinheiro em caixa sempre que houve conferência foi constatado de acordo com o saldo apontado no controle de caixa e contabilidade;

Os valores utilizados do F.A.T.E.S., conforme decisão da Administração foram aprovados por este Conselho, e estão devidamente documentados;

Todos os compromissos com terceiros encontram-se rigorosamente em dia;

Os empréstimos foram concedidos de acordo com regras estabelecidas e aprovadas pelo Conselho de Administração;

Créditos a receber em atraso estão sendo cobrados corretamente;

Várias questões de ordem administrativa foram por nós tratadas com a Administração, que as explicou e a contento, tomou conforme o caso, as providências recomendadas para a sua solução.

Dado o exposto, recomendamos a aprovação do Balanço Geral e Demonstrações de Resultado de "Sobras ou Perdas" do exercício findo de 2018, pela Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária.

São Paulo, 26 de abril de 2019.

Kennedy Mantovani Nóbrega Conselho Fiscal Efetivo Agnaldo Oliveira Gonçalves Conselho Fiscal Efetivo Sidney Isaias Ribeiro Conselho Fiscal Efetivo

#### **AGRADECIMENTOS**

Ao encerramento de mais um exercício de atividades da CREDI NESTLÉ, nossos agradecimentos àqueles que efetivamente colaboraram, atuaram e incentivaram para o desenvolvimento de nossa Cooperativa, cada um em suas respectivas atribuições. Sem esta verdadeira cooperação, nossos resultados não seriam os mesmos:

- ► Aos colegas Cooperados em Geral;
- ► As Colaboradoras da Credi Nestlé;
- ► Aos Membros do Conselho Fiscal;
- ► Aos Diretores e Gerente da Nestlé;
- ► Aos Departamentos de Recursos Humanos de todas as Unidades Nestlé;
- ▶ À CECRESP Central das Coops. de Crédito do Estado de São Paulo;
- ▶ À OCESP Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo;
- ▶ À OCB Organização das Cooperativas Brasileiras;

E todos enfim que de alguma forma, direta ou indiretamente, contribuíram ou estão contribuindo para o crescimento e fortalecimento do Cooperativismo de Economia e Crédito Mútuo em nosso País.

Em nome de toda a equipe de trabalho, nossos agradecimentos.

São Paulo, 26 de abril de 2019.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA

O Presidente da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA NESTLÉ, CNPJ nº 62.562.012/0001-67 e NIRE nº 35400010649, no uso das atribuições Legais e Estatutárias, convoca os delegados, que nesta data são em número de 24 (vinte e quatro) em condições de votar, para se reunirem em **Assembleia Geral Extraordinária** e, após o seu término, no mesmo local, para **Assembleia Geral Ordinária**, por absoluta falta de espaço em sua sede social, que será realizada à Avenida das Nações Unidas 17.007, Várzea de Baixo, São Paulo/SP, CEP 04730-090 no dia **26 de abril de 2019**, obedecendo aos seguintes horários e "quorum" para sua instalação, sempre no mesmo local: **01)** Em primeira convocação: às **14:00 horas**, com a presença de 2/3 (dois terços) dos delegados; **02)** Em segunda convocação: às **15:00 horas**, com a presença de metade e mais um do número total de delegados; **03)** Em terceira e última convocação, às **16:00 horas**, com a presença de no mínimo 10 (dez) delegados, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

#### PAUTA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

- 1. Reforma ampla do estatuto social, destacando a alteração de sede da cooperativa e inclusão de artigo no estatuto social para adequação ao art. 88-A da Lei 5.764/71;
- 2. Aprovação da Política Institucional de Governança Corporativa (Sistema Sicoob).

#### PAUTA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:

- 1. Prestação de Contas do 1º e 2º semestres do exercício de 2018, compreendendo o Relatório da Gestão, Balanços Gerais, Demonstrativo da conta de Sobras ou Perdas, acompanhada de Parecer do Conselho Fiscal;
- 2. Destinação das Sobras apuradas e sua fórmula de cálculo;
- 3. Ratificação do Pagamento de Juros ao Capital;
- 4. Uso e Aplicação do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social FATES;
- 5. Eleição dos membros do Conselho de Administração;
- **6.** Eleição dos membros do Conselho Fiscal;
- 7. Fixação do valor dos honorários, gratificações e cédulas de presença dos membros do Conselho de Administração e Fiscal.
- **8.** Assuntos de interesse Geral sem caráter deliberativo.

#### São Paulo, 26 de março de 2019.

#### MARCOS VALENTIM BACCARIN Diretor Presidente

**NOTA 1:** Conforme determina a Resolução C.M.N. nº 4.434/15 em seu artigo 46, as Demonstrações Contábeis do Exercício de 2018 estão à disposição dos Associados na Sede da Cooperativa.

**NOTA 2:** Este Edital foi publicado no Jornal O Estado de São Paulo de 26/03/2019 – 3ª feira, página B9 e divulgado aos associados no grupo da Credi Nestlé do *Worplace* no dia 15/04/2019.

#### **CREDI NESTLÉ**

(11) 5102-1849 nescred@br.nestle.com www.nescred.com.br

Avenida das Nações Unidas, 17007 22º andar, Várzea de Baixo CEP 04730-090 São Paulo/SP



